

## BLOCO I

### DIREITO CONSTITUCIONAL

*Paulo Lépore*

1. Constituição. Conceito. Classificação. Elementos. História. O constitucionalismo brasileiro. Poder constituinte: originário e derivado. Cláusulas pétreas. Direito Constitucional intertemporal. A ordem constitucional vigente. Emendas à Constituição. Disposições gerais e transitórias. Princípios Fundamentais da República Federativa do Brasil ..... 40
2. Hermenêutica constitucional. Técnicas e Princípios de Interpretação Constitucional. Princípios de Interpretação dos Direitos Fundamentais. Colisão de Normas Constitucionais. Lacunas. Integração. Interpretação conforme à constituição. Eficácia e efetividade das normas constitucionais..... 52
3. Direitos e Garantias Fundamentais. Evolução Histórica dos Direitos Fundamentais. Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988. Força Jurídica dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos. Proteção Multinível dos direitos. Controle de convencionalidade. Características dos Direitos Fundamentais..... 56
4. Direitos Fundamentais em Espécie. Direito à Vida. Direito à Integridade Física e Moral. Direito à Igualdade. Direito de Propriedade. Direitos de Liberdade. Direitos de Personalidade. Garantias Constitucionais. Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Direitos dos Trabalhadores. Nacionalidade ..... 62
5. Sistema Federativo Brasileiro. Repartição de competências. União: bens e competências. Competência exclusiva, competência de normas gerais, competência comum e competência concorrente. Os Estados-membros na constituição. Organização, natureza e conteúdo da autonomia constitucional do Estado-membro. Competências estaduais. Intervenção Federal nos Estados-membros, no Distrito Federal e nos Territórios. Os Municípios na Constituição. Competência municipal, organização política e administrativa dos Municípios ..... 79
6. Poder Legislativo. Organização e atribuições. O processo legislativo. Iniciativa legislativa. Normas constitucionais e processo legislativo. Processo eleitoral. Plebiscito. Referendum. Iniciativa Popular. Direitos políticos e partidos políticos. Elegibilidade e inelegibilidade. Suspensão e perda dos direitos políticos. Sufrágio:

natureza e forma. Orçamento: princípios e regras constitucionais. Fiscalização financeira e orçamentária. Tribunal de Contas. Natureza e atribuições. Comissões Parlamentar de Inquérito. Responsabilidade dos parlamentares. Imunidade parlamentar. Crimes comuns e de responsabilidade dos parlamentares .....	91
7. Poder Executivo. Evolução do conceito. Atribuições e responsabilidade do Presidente da República. Crimes comuns e de responsabilidade do Presidente da República. Processo de impeachment. Poder regulamentar e poder regulador. Do Conselho da República. Do Conselho de Defesa Nacional. Da Defesa do Estado e das instituições democráticas. O Estado de Defesa e o Estado de Sítio. Das Forças Armadas. Da Segurança Pública .....	104
8. Poder Judiciário. Natureza da função jurisdicional. Competência. As garantias do Poder Judiciário. O princípio da reserva legal na apreciação de lesão ou ameaça de lesão a direito individual e a direito coletivo. Poder Judiciário Federal e Poder Judiciário Estadual. O Conselho Nacional de Justiça, o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, o Conselho da Justiça Federal e os Tribunais Regionais Federais. A Justiça Federal de 1º Grau. Lei Orgânica da Magistratura Nacional. Lei Orgânica da Justiça Federal .....	109
9. Jurisdição Constitucional. O controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos. Conceito. Natureza. Espécies. Eficácia e modulação. Omissão inconstitucional. A Ação Declaratória de Constitucionalidade e a Ação Direta de Inconstitucionalidade. A Ação de Inconstitucionalidade por Omissão. Ação de Descumprimento a Preceito Fundamental. Mandado de Injunção. Ações constitucionais e tutela jurisdicional das liberdades .....	116
10. Funções essenciais à justiça. Do Ministério Público. Da Advocacia e da Defensoria Pública. Da Advocacia-Geral da União. Da Administração Pública. Princípios e Disposições Gerais. Dos servidores civis e militares. Garantias. Responsabilidade jurídica das pessoas públicas: disciplina constitucional .....	140

## **JUSTIÇA FEDERAL E LEI ORGÂNICA DA MAGISTRATURA NACIONAL AMBIENTE E URBANISMO**

*Diego Senna*

*(Parte final do item 8 de Direito Constitucional)*

A Justiça Federal de 1º Grau. Lei Orgânica da Magistratura Nacional. Lei Orgânica da Justiça Federal .....	157
Lei Orgânica da Justiça Federal .....	166
Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LOMAN) .....	171

## **DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

*Adriana Menezes*

1. Seguridade Social. Saúde, Previdência e Assistência Social: distinções e disciplina constitucional. Princípios fundamentais da Seguridade Social. Natureza. Fontes do Direito da Seguridade Social. Interpretação, aplicação, integração e

eficácia das normas. Direito intertemporal. Direito adquirido e expectativa de direito em matéria previdenciária.....	185
2. Financiamento da Seguridade Social. Princípios. Fontes de Custeio. Contribuições sociais. Natureza e espécies. Prescrição. Decadência. Orçamento da Seguridade Social .....	194
3. Previdência Social. Modelos. Regime Geral. Regimes Próprios. Regimes Especiais. Previdência Complementar. Previdência social rural e urbana .....	202
4. Relação Jurídica de Previdência Social. Filiação. Inscrição. Período de carência. Segurados e dependentes. Qualidade de segurado: manutenção e perda. Período de graça.....	204
5. Cálculo do valor dos benefícios. Salário de contribuição. Salário de benefício. Limites. Fator Previdenciário. Renda Mensal Inicial. Valor teto. Reajuste. Revisões	216
6. Tempo de contribuição para fins previdenciários. Prova do tempo de contribuição. Reconhecimento do tempo de filiação. Atividade rurícola e o regime de economia familiar. Contagem recíproca.....	221
<b>6.4. Contagem recíproca.....</b>	<b>226</b>
7. Prestações Previdenciárias. Concessão. Suspensão. Cancelamento. Restabelecimento. Cumulação de benefícios. Abono anual. Prescrição e decadência.....	226
8. Benefícios previdenciários. Espécies. Aposentadorias. Auxílios. Salário-maternidade. Pensão por morte. Aposentadoria da pessoa com deficiência. Benefícios especiais: excombantes, ferroviários e anistiados.....	228
9. Assistência Social. Princípios. Benefícios de prestação continuada ao idoso e à pessoa com deficiência. Serviço Social. Habilitação e reabilitação profissional .....	243
10. Processo Administrativo Previdenciário. Atendimento aos segurados. Direito ao melhor benefício. Fases do procedimento administrativo. Reafirmação da DER. Justificação Administrativa. Ações previdenciárias. Competência. Juizados Especiais Federais: questões previdenciárias. Prévio ingresso do pedido de benefícios na via administrativa. Intervenção do Ministério Público. Gratuidade da Justiça. Prioridade de tramitação dos feitos. Enunciados da Turma Nacional de Uniformização em matéria previdenciária .....	246

## DIREITO PENAL

*Rogério Sanches Cunha*

1. Introdução ao Direito Penal. Conceito; caracteres e função do Direito Penal. Princípios básicos do Direito Penal. Princípios de normas penais contidas na Constituição Federal de 1988. Relações com outros ramos do Direito. Direito Penal e política criminal. Criminologia: noções gerais. Norma Penal. Conflito aparente de normas. Tratados e Convenções em matéria criminal. A Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional. Teoria geral do delito .....	262
2. Da aplicação da lei penal: princípio da anterioridade; lei penal no tempo; lei excepcional ou temporária; tempo do crime; territorialidade; lugar do crime; extraterritorialidade; pena cumprida no estrangeiro; eficácia de sentença estrangeira;	

contagem de prazo; frações não computáveis na pena; aplicação da parte geral do Código Penal aos fatos incriminados por lei especial .....	275
3. Do crime: relação de causalidade; superveniência de causa independente; relevância da omissão; crime consumado; tentativa; desistência voluntária e arrependimento eficaz; arrependimento posterior; crime impossível; crime doloso; crime culposo; agravação pelo resultado; erro sobre elementos do tipo; discriminantes putativas; erro sobre a ilicitude do fato; coação irresistível e obediência hierárquica; exclusão da ilicitude; excesso punível; estado de necessidade; legítima defesa; estrito cumprimento de dever legal e exercício regular de direito .....	281
4. Da imputabilidade penal: agentes inimputáveis; menoridade penal; emoção e paixão; embriaguez. A responsabilidade penal da pessoa jurídica no direito brasileiro ....	313
5. Do concurso de pessoas: regras comuns às penas privativas da liberdade; circunstâncias incommunicáveis; casos de impunibilidade.....	319
6. Das penas: das espécies de penas; das penas privativas da liberdade: reclusão e detenção; regras do regime fechado; regras do regime semiaberto; regras do regime aberto; regime especial; direitos do preso; legislação especial relativa aos direitos e ao trabalho do preso e a outras questões relativas à execução penal; superveniência de doença mental; detração penal; das penas restritivas de direitos: normas gerais sobre as penas restritivas de direitos; conversão das penas restritivas de direitos; prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas; interdição temporária de direitos; da pena de multa: normas gerais sobre a pena de multa; pagamento da multa; suspensão da execução da multa; da cominação das penas; penas privativas da liberdade; penas restritivas de direitos; pena de multa; da aplicação da pena: fixação da pena; critérios especiais da pena de multa; multa substitutiva; circunstâncias agravantes; agravantes no concurso de pessoas; reincidência; circunstâncias atenuantes; concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes; cálculo da pena; concurso material; concurso formal; crime continuado; multas no concurso de crimes; erro na execução do crime; resultado diverso do pretendido; limite das penas; ordem de execução das penas no concurso de infrações; da suspensão condicional da pena: requisitos da suspensão da pena; revogação obrigatória e facultativa da suspensão da pena; prorrogação do período de prova; efeito do cumprimento das condições da suspensão condicional da pena; do livramento condicional: requisitos do livramento condicional; soma de penas relativas a infrações diversas, para fim do livramento condicional; condições a que fica subordinado o livramento condicional; revogação obrigatória e facultativa do livramento condicional; efeitos da revogação; a declaração de extinção da pena e o crime cometido na vigência do livramento condicional; dos efeitos genéricos e específicos da condenação; da reabilitação. ....	323
7. Das medidas de segurança: espécies; da imposição de medida de segurança para o inimputável; prazos de duração das medidas de segurança; da perícia médica; da desinternação ou liberação condicional; da substituição da pena por medida de segurança para o semi-imputável; dos direitos do internado .....	353

8. Da ação penal: ação penal pública e de iniciativa privada; da ação penal no crime complexo; da irretratabilidade da representação; da decadência do direito de queixa ou representação; da renúncia expressa ou tácita ao direito de queixa; do perdão do ofendido; da extinção da punibilidade: hipóteses de extinção da punibilidade; da prescrição antes de transitar em julgado a sentença; da prescrição das penas restritivas de direitos; da prescrição depois de transitar em julgado a sentença final condenatória; do termo inicial de prescrição antes de transitar em julgado a sentença final; do termo final da prescrição após a sentença condenatória irrecorrível; da prescrição no caso de evasão do condenado ou de revogação do livramento condicional; da prescrição da multa; da redução dos prazos de prescrição; das causas impeditivas da prescrição; das causas interruptivas da prescrição; da reabilitação penal; do perdão judicial. ....	354
9. Dos crimes previstos na parte especial do Código Penal.....	361
10. Crimes previstos em leis especiais.....	384

## BLOCO II

### DIREITO PROCESSUAL PENAL

*Ricardo Silveiras*

1. Conceito. Finalidade. Caracteres. Princípios gerais. Fontes. Repartição constitucional de competência. Garantias constitucionais do processo. Aplicação da lei processual penal. Normas das convenções e tratados de Direito Internacional relativos ao Processo Penal e aos tratados bilaterais de auxílio direto. Convenção da ONU contra a corrupção. Cooperação Internacional – tratados bilaterais celebrados pelo Brasil em matéria penal .....	402
2. Persecução Penal. Investigação criminal: conceito, natureza jurídica, funções. O valor probatório dos atos de investigação. Garantias do investigado e de terceiros. Inquérito Policial. Procedimento. Atribuições da autoridade policial. Intervenção do Ministério Público no inquérito policial. Arquivamento do inquérito. A investigação criminal promovida pelo próprio Ministério Público. Outros meios de colheita de indícios da infração. Comissão Parlamentar de Inquérito. Denúncia.....	418
3. Sujeitos do processo. Juiz. Ministério Público. Acusado e seu defensor. Assistente. Curador do réu menor. Auxiliares da justiça. Assistentes. Peritos e intérpretes. Serventuários da justiça. Impedimentos e suspeições.....	431
4. Atos processuais. Comunicações. Citações e intimações. Revelia. Despachos. Decisões interlocutórias. Audiência de Instrução. Sentença: tipos, estrutura, efeitos. Fixação da pena. Normas sobre a informatização do processo judicial. Relações jurisdicionais com autoridade estrangeira. Cartas rogatórias. Homologação de sentença estrangeira. Extradicação. Expulsão. Deportação.....	433
5. Jurisdição. Competência: pelo lugar da infração, pelo domicílio ou residência do réu, pela natureza da infração, por distribuição, por conexão, por continência,	

- por prevenção e por prerrogativa de função. Outras disposições especiais sobre competência, nos crimes cometidos fora do território brasileiro, nos crimes cometidos a bordo de embarcações marítimas, lacustres ou pluviais, ou a bordo de navios ou aeronaves. Competência da Justiça Federal, dos Tribunais Regionais Federais, do STJ e do STF. Perpetuatio jurisdictionis. Conflito de competência. Julgamento por colegiado de juízes de 1º grau de jurisdição em crimes praticados por organização criminosa..... 445
6. Prisão em flagrante. Prisão temporária. Prisão preventiva. A manutenção ou a imposição da prisão preventiva na sentença de pronúncia e na sentença penal condenatória. Medidas cautelares diversas da prisão. Princípio da necessidade. Princípio da adequação. Prisão especial, prisão albergue, prisão domiciliar e liberdade provisória. Fiança. Audiência de Custódia. Medidas assecuratórias: sequestro, hipoteca legal e arresto. Incidentes de falsidade e de insanidade mental do acusado. Restituição das coisas apreendidas. Perdimento de bens. Alienação antecipada de bens. Questões e processos incidentes. Questões prejudiciais. Exceções. Incompatibilidades e Impedimentos..... 457
7. Provas. Teoria Geral da Prova. Procedimento probatório. Sistemas probatórios. Classificação. Provas em espécie. Exame do corpo de delito e perícias em geral. Prova oral: prova testemunhal, depoimento do ofendido, interrogatório do acusado. Confissão. Reconhecimento de pessoas e coisas. Acareação. Prova documental. Presunções. Indícios. Busca e apreensão. Ônus da prova. Valoração da prova. Interceptação de comunicações telefônicas e do fluxo de comunicações em sistemas de informática e telemática. O acesso a informações protegidas pelos sigilos fiscal, bancário e de dados. Meios de obtenção de prova previstos na Lei que define organização criminosa. A delação ou colaboração premiada. Demais meios de obtenção da prova: Provas ilícitas. Normas sobre a identificação criminal do civilmente identificado. Coleta de perfil genético como forma de identificação criminal. Normas do Programa Federal de Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, e de proteção de acusados ou condenados que voluntariamente tenham prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal..... 475
8. Ação Penal. Processo: finalidade, pressupostos e sistemas. Procedimento Comum Ordinário. Procedimento Comum Sumário. Procedimentos Especiais: do Tribunal do Júri, nos crimes de abuso de autoridade, nos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, nos crimes contra a honra e nos crimes contra a propriedade imaterial. A restauração de autos extraviados ou destruídos. Normas especiais previstas na Lei que dispõe sobre o processo e o julgamento colegiado em primeiro grau de crimes praticados por organizações criminosas. Normas especiais previstas na Lei que dispõe sobre a repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas. Disposições especiais e medidas assecuratórias previstas na Lei que dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores. Disposições especiais previstas na Lei que dispõe sobre os crimes ambientais. Disposições especiais previstas na Lei que dispõe

sobre as licitações e os contratos administrativos. Disposições especiais previstas na Lei que dispõe sobre os crimes contra o sistema financeiro nacional. Normas especiais previstas na Lei que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil. Normas procedimentais para a ação penal de competência originária dos Tribunais. Juizados Especiais Federais Criminais: normas constitucionais e legais. Procedimento Especial nos Juizados. Termo Circunstanciado. Transação Penal. Suspensão Condicional do Processo. Nulidades. Espécies. Princípios. Rol legal ....	493
9. Recursos. Teoria Geral dos Recursos. Embargos de declaração. Apelação. Recurso em sentido estrito. Protesto por novo júri. Embargos infringentes e de nulidade. Carta testemunhável. Correição Parcial. Recursos especial e extraordinário. Agravo em execução penal. Coisa julgada. Revisão criminal. Habeas corpus. Mandado de segurança em matéria penal. Medida cautelar em matéria penal. O sistema recursal nos Juizados Especiais Criminais Federais .....	529

## **DIREITO ECONÔMICO E DE PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR**

*Renato Cesar Guedes Grillo*

1. Constituição Econômica Brasileira. Ordem constitucional econômica: princípios gerais da atividade econômica. Tipologia dos sistemas econômicos.....	561
2. Ordem jurídico-econômica .....	571
3. Conceito. Ordem econômica e regime político .....	572
4. Sujeitos econômicos .....	579
5. Intervenção do Estado no domínio econômico. Liberalismo e intervencionismo. Modalidades de intervenção. Intervenção no direito positivo brasileiro.....	580
6. Lei Antitruste. Disciplina jurídica da concorrência empresarial. Princípios. Infrações contra a ordem econômica. Concorrência ilícita e desleal. CADE. Repressão do poder econômico pelo Estado. Abuso do poder econômico. Práticas desleais de comércio: dumping. Disciplina das medidas de salvaguarda. Acordo de leniência.....	589
7. Mercosul. Gatt. OMC. Instrumentos de defesa comercial .....	610
8. Direito do Consumidor. Elementos Integrantes da Relação Jurídica de Consumo. Sujeitos: conceitos de Consumidor e de Fornecedor. Objetos: conceito de Produto e de Serviço. Vínculo: conceito de Oferta e de Mercado de Consumo.....	628
9. As principais Atividades Empresariais e sua Relação com o Regime Jurídico das Relações de Consumo: os Serviços públicos, a atividade bancária, a atividade securitária, a atividade imobiliária, a atividade do transportador aéreo, os consórcios .....	637
Bibliografia.....	648

## **DIREITO CIVIL**

*Ronaldo Vieira Francisco*

1. Lei de introdução às normas do direito brasileiro. Pessoas naturais. Personalidade jurídica. Sistema das incapacidades. Legitimação. Domicílio. Direitos da	
--	--



personalidade. Extinção da personalidade. Morte e morte presumida. Ausência. Tutela. Curatela. Estatuto da pessoa com deficiência.....	651
2. Pessoas jurídicas. Personalidade jurídica da pessoa jurídica. Desconsideração. Classificação. Início e fim da personalidade jurídica da pessoa jurídica. Administração. Classificação: pessoas jurídicas de direito público e privado. Sociedades, associações e fundações. Partidos políticos (aspectos civis). Entidades sem personificação jurídica e novos sujeitos de direito .....	698
3. Bens. Classificação. Regime jurídico.....	716
4. Negócios jurídicos. Conceito. Existência, validade e eficácia. Condição, termo e encargo. Defeitos do negócio jurídico. Simulação. Atos jurídicos lícitos e ilícitos. Abuso de direito. Representação .....	724
5. Prescrição e decadência. Prescrição e Fazenda Pública. Prova.....	753
6. Obrigações. Conceito e modalidades. Obrigação natural. Obrigação propter rem. Transmissão das obrigações. Adimplemento e inadimplemento absoluto e relativo. Modalidades de pagamento. Violação positiva do contrato e cumprimento defeituoso. Juros e correção monetária. Cláusula penal. Preferências e privilégios creditórios.....	776
7. Contratos em geral: teoria geral dos contratos. Princípios. Elementos constitutivos. Pressupostos de validade. Revisão dos contratos e suas modalidades.....	808
8. Contratos em espécie e atos unilaterais. Compra e venda. Permuta. Contrato Estimatório. Doação. Locação. Empréstimo. Prestação de serviço. Depósito. Mandato. Transporte. Seguro. Constituição de renda. Jogo e aposta. Fiança. Alienação fiduciária em garantia. Promessa de recompensa. Gestão de negócios. Pagamento indevido. Enriquecimento sem causa. Contratos no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação e do Sistema de Financiamento Imobiliário .....	818
9. Responsabilidade civil. Responsabilidade civil subjetiva e objetiva. Dano moral e material. Nexo causal. Indenização. Responsabilidade por fato de outrem. Responsabilidade por fato da coisa. Responsabilidade civil e criminal. Indenização...	840
10. Direitos reais. Posse. Definição. Classificação. Aquisição e perda da posse. Efeitos da posse. Compose. Proteção possessória. Propriedade. Função social da propriedade. Definição. Elementos. Classificação. Aquisição e perda. A propriedade privada na Constituição Federal. A propriedade urbana e rural. Estatuto da terra e Estatuto das Cidades. Política agrícola e reforma agrária. Parcelamento do solo. Extensão horizontal e vertical da propriedade. Restrições à propriedade. As diversas modalidades de usucapião. Propriedade resolúvel e fiduciária. Condomínio. Patrimônio de afetação. Superfície. Servidões. Usufruto. Uso. Habitação. Penhor. Hipoteca. Propriedade fiduciária. Registros públicos.....	852
11. Estatuto da Criança e do Adolescente. Estatuto da Juventude. Estatuto do Idoso.	886
12. Direito de família. Do casamento: disposições gerais, da capacidade para o casamento, dos impedimentos, causas suspensivas, das provas do casamento, da invalidade do casamento, da eficácia do casamento, da dissolução da sociedade e do vínculo conjugal. Das relações de parentesco. Do regime de bens entre os	



cônjuges. Do bem de família. Da união estável. Do direito das sucessões. Da sucessão em geral. Da sucessão legítima. Da sucessão testamentária.....	888
---	-----

## **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

*Luciano Alves Rossato*

1. Das normas processuais civis: os princípios e as regras processuais. Das normas fundamentais do processo civil .....	929
1.1. Os Princípios e as Regras Processuais .....	929
1.2. Normas Fundamentais do Processo Civil.....	930
1.2.1. O Princípio do Devido Processo Legal como Princípio Nuclear ....	930
1.2.2. Regra Jurídica da Iniciativa da Parte e do Impulso Oficial.....	931
1.2.3. Impulso Oficial .....	931
1.2.4. Princípio do Acesso à Justiça ou Inafastabilidade do Controle Jurisdicional .....	931
1.2.5. Princípio da Primazia do Julgamento de Mérito.....	932
1.2.6. Princípio da Duração Razoável do Processo.....	933
1.2.7. Princípio da boa-fé processual .....	933
1.2.8. Princípio da Cooperação Processual .....	934
1.2.9. Princípio da Isonomia .....	934
1.2.10. Princípio da publicidade dos atos processuais.....	934
1.2.11. Princípio do Contraditório Dinâmico.....	935
1.2.12. Princípio da Fundamentação Analítica .....	936
1.2.13. Atendimento Preferencial da Ordem Cronológica.....	936
1.2.14. Princípio da Autonomia de Vontade das Partes e do Dispositivo em Sentido Processual .....	937
1.2.15. Princípios Regentes da Aplicação do Ordenamento Jurídico.....	938
1.2.16. Garantias Constitucionais do Processo .....	939
1.3. A Norma Processual Civil .....	939
1.3.1. Definição de Lei Processual Civil.....	939
1.3.2. Interpretação da norma processual .....	939
1.3.3. Norma processual no tempo e no espaço .....	939
2. Da jurisdição. Ação material e ação processual. Conceito, natureza jurídica e classificação das ações. Limites da jurisdição nacional e cooperação internacional. Da organização do Judiciário. Sistema multiportas de solução de disputas. Arbitragem, mediação, conciliação, negociação direta e dispute board.....	940
2.1. Conceito.....	940
2.2. Natureza.....	940
2.3. Princípios.....	940
2.4. Classificações .....	941
2.5. Características.....	941

2.6.	Distinção em relação às demais funções do Estado .....	941
2.7.	Limites da jurisdição nacional e cooperação internacional.....	941
2.8.	Auxílio Direto .....	943
2.9.	Carta Rogatória .....	943
2.10.	Ação.....	943
2.10.1.	Ação Material e Ação Processual .....	943
2.10.2.	Conceito, Natureza, Elementos e Características.....	943
2.10.3.	Condições da Ação .....	944
2.10.4.	Classificação .....	944
2.11.	Da organização do Judiciário.....	944
2.12.	Sistema multiportas de solução de disputas ( <i>Multi-door Couthouse</i> ) .....	944
2.12.1.	Compreensão do sistema multiportas .....	944
2.12.2.	Política Judiciária Nacional de Tratamento dos Conflitos de Interesses (Resolução n. 125, de 29.11.2010, do CNJ). .....	945
2.12.3.	Primeira Jornada Sobre Prevenção e Solução Extrajudicial de Litígios do Conselho da Justiça Federal .....	946
2.12.4.	A Arbitragem .....	946
2.12.5.	Conciliação e Mediação .....	949
2.12.6.	Negociação direta.....	950
2.12.7.	<i>Dispute boards</i> .....	950
3.	Da competência (disposições gerais, modificações de competência e da incompetência). Da cooperação nacional. Dos atos concertados entre os juízes cooperantes. Da competência da justiça federal.....	951
3.1.	Disposições gerais.....	951
3.2.	Modificações de competência.....	953
3.3.	Incompetência .....	955
3.4.	Cooperação nacional .....	956
3.5.	Dos atos concertados entre os juízes cooperantes.....	956
3.6.	Da competência da justiça federal.....	957
4.	Dos sujeitos do processo. Das partes e dos seus procuradores. Do litisconsórcio. Da intervenção de terceiros. Do juiz e dos auxiliares da justiça. Do Ministério Público, da Advocacia Pública e da Defensoria Pública .....	958
4.1.	Das partes e dos seus procuradores.....	958
4.1.1.	Capacidade.....	958
4.1.2.	Sucessão das Partes e dos Procuradores .....	960
4.1.3.	Responsabilidade das partes por dano processual .....	960
4.2.	Litisconsórcio .....	960
4.3.	Intervenção de terceiros .....	963
4.3.1.	Observações gerais.....	963
4.3.2.	Da Assistência.....	963

4.3.3.	Da Denúncia da Lide.....	965
4.3.4.	Do Chamamento ao Processo .....	968
4.3.5.	Do incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	969
4.3.6.	Do <i>Amicus Curiae</i> .....	970
4.4.	Do juiz e dos auxiliares da justiça .....	971
4.4.1.	Incumbências do juiz.....	971
4.4.2.	Proibição do <i>non liquet</i> .....	971
4.4.3.	Decisão por equidade .....	971
4.4.4.	Processo utilizado para a prática de ato simulado ou para fim vedado pela lei.....	971
4.4.5.	Responsabilidade civil do juiz .....	972
4.4.6.	Auxiliares da Justiça .....	972
4.5.	Ministério Público .....	973
4.5.1.	Perfil Constitucional .....	973
4.5.2.	Intervenção como parte .....	974
4.5.3.	Intervenção como fiscal da ordem jurídica .....	974
4.5.4.	Poderes investigatórios.....	974
4.5.6.	Responsabilidades.....	974
4.5.7.	Impedimentos e suspeição.....	975
4.6.	Advocacia pública.....	975
4.7.	Defensoria pública.....	975
5.	Dos fatos jurídicos processuais. Dos atos processuais. Dos negócios jurídicos processuais. Da forma, do tempo e do lugar dos atos processuais. Da comunicação dos atos processuais. Das nulidades. Da distribuição e do registro .....	976
5.1.	Fatos jurídicos processuais.....	976
5.2.	Atos Processuais .....	976
5.2.1.	Conceito .....	976
5.2.2.	Classificação .....	976
5.2.3.	Forma dos atos processuais .....	976
5.2.4.	Tempo e lugar.....	977
5.2.5.	Prazos .....	977
5.2.5.	Comunicação dos atos processuais.....	979
5.2.6.	Nulidades .....	980
5.3.	Dos Negócios Processuais.....	981
5.4.	Da Distribuição e do Registro .....	982
6.	Da tutela provisória. Tutelas de urgência e da evidência. Da estabilização da tutela provisória.....	982
6.1.	Tutelas de Urgência e de Evidência .....	982
6.2.	Da tutela antecipada e tutela cautelar.....	983
6.3.	A Tutela Antecipada requerida de forma antecedente .....	983

6.4.	Da Tutela Cautelar e Poder Geral de Cautela.....	984
6.5.	Tutela Cautelar antecedente.....	984
6.6.	Tutela da Evidência.....	985
6.7.	Estabilização da tutela antecipada.....	986
6.8.	Tutela específica e antecipada das obrigações de fazer e não fazer.....	986
7.	Da formação do Processo, Suspensão e Extinção do Processo.....	986
7.1.	Princípio da Ação ou da Inércia da Jurisdição.....	986
7.2.	A Propositura da Ação.....	987
7.3.	Efeitos da Propositura para o Réu: somente a partir da citação válida.....	987
7.5.	Da Suspensão do Processo.....	987
7.5.1.	A Suspensão e a Extinção como Causas de Crise do Processo.....	987
7.5.2.	Efeito da Suspensão: paralisação do processo.....	988
7.5.3.	Causas de Suspensão do Processo.....	988
7.6.	Extinção do Processo.....	992
8.	Do processo de conhecimento. Do procedimento comum. Disposições gerais. Petição inicial. Da improcedência liminar do pedido. Da audiência de conciliação e mediação. Da contestação e da reconvenção. Da revelia e do julgamento conforme o estado do processo. Da audiência de instrução e julgamento. Das provas. Da sentença e da coisa julgada.....	992
8.1.	Procedimento comum.....	992
8.2.	Audiência de conciliação ou de mediação.....	993
8.3.	Petição inicial.....	993
8.3.1.	Requisitos e vícios.....	993
8.3.2.	Pedidos.....	994
8.3.3.	Deferimento e indeferimento da petição inicial.....	998
8.3.4.	Improcedência liminar do pedido.....	999
8.4.	Da audiência de conciliação e mediação.....	1000
8.5.	Contestação e Reconvenção.....	1000
8.5.1.	Contestação.....	1000
8.5.2.	Reconvenção.....	1001
8.5.3.	Revelia.....	1002
8.6.	Providências preliminares e de saneamento.....	1004
8.7.	Julgamento conforme o estado do processo.....	1005
8.8.	Audiência de instrução e julgamento.....	1006
8.9.	Provas.....	1006
8.9.1.	Conceito e disposições gerais.....	1006
8.9.2.	Distribuição do ônus da prova.....	1007
8.9.3.	Fatos que independem de prova.....	1007
8.9.4.	Produção antecipada de prova.....	1007
8.9.5.	Ata notarial.....	1008

8.9.6.	Depoimento pessoal.....	1008
8.9.7.	Confissão.....	1008
8.9.8.	Exibição de documento ou coisa.....	1008
8.9.9.	Prova documental.....	1009
8.9.10.	Documentos eletrônicos.....	1009
8.9.11.	Prova testemunhal.....	1010
8.9.12.	Prova pericial.....	1010
8.9.13.	Inspeção judicial.....	1011
8.10.	Sentença e coisa julgada.....	1011
8.10.1.	Disposições gerais.....	1011
8.10.2.	Classificações de sentença.....	1012
8.10.	Elementos e efeitos das sentenças.....	1013
8.10.4.	Publicação, intimação, correção e integração da sentença.....	1014
8.10.5.	Remessa necessária.....	1015
8.10.6.	Julgamento das ações relativas às prestações de fazer, não fazer e entregar coisa.....	1015
8.10.7.	Coisa julgada.....	1016
8.11.	Liquidação.....	1019
8.11.1.	Os Pronunciamentos Ilíquidos que Reconhecem a Existência de Obrigação.....	1019
8.11.2.	Liquidação Provisória e Definitiva.....	1020
8.11.3.	Concomitantes liquidação e cumprimento de sentença em relação ao mesmo título.....	1021
8.11.4.	Apuração do Valor Dependente de Cálculos Aritméticos.....	1021
8.11.5.	Fixação de Honorários na Liquidação Proposta em Face da Fazenda Pública.....	1021
8.11.6.	Liquidação Incidental e Autônoma.....	1021
8.11.8.	Iniciativa da Liquidação.....	1022
8.11.9.	Procedimentos para Apuração do Valor.....	1022
8.11.10.	Natureza do Pronunciamento que Julga da Liquidação.....	1023
8.11.12.	Condenação em Verba Honorária na Liquidação.....	1023
8.11.13.	Inviabilidade das Sentenças Ilíquidas no Âmbito dos Juizados....	1023
8.11.14.	Liquidação Imprópria.....	1024
9.	Do cumprimento de sentença. Cumprimento provisório. Cumprimento definitivo de sentença (obrigação de pagar quantia certa, obrigação de fazer, não fazer e de entregar coisa). Cumprimento de sentença e a fazenda pública. Impugnação. A inexigibilidade das sentenças judiciais.....	1024
9.1.	Procedimento.....	1024
9.2.	Intimação do devedor.....	1025
9.3.	Legitimados no cumprimento de sentença.....	1026

9.4.	Competência para a fase de cumprimento de sentença .....	1026
9.5.	Admissibilidade do protesto .....	1027
9.6.	Alegação de questões pertinentes à validade do procedimento de cumprimento de sentença e dos atos executivos subsequentes.....	1027
9.7.	Cumprimento provisório da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa.....	1027
9.8.	Cumprimento de sentença e a fazenda pública .....	1028
9.8.1.	Cumprimento Provisório de Sentença contra a Fazenda Pública.	1028
9.8.2.	Cumprimento de Obrigação de Fazer e de Entregar contra a Fazenda Pública.....	1029
9.8.3.	O Oferecimento de Impugnação ao Cumprimento de Sentença.	1029
9.8.4.	Procedimento .....	1030
9.8.5.	Cumprimento de Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Pagar Quantia Certa pela Fazenda Pública.....	1030
9.8.6.	Do Não Oferecimento da Impugnação e os Honorários Advocatícios Devidos na Execução .....	1031
9.8.7.	Matérias Alegáveis na Impugnação .....	1032
9.8.8.	Pronunciamento que Decide a Impugnação .....	1033
9.8.9.	Precatório e obrigação de pequeno valor: particularidades quanto ao cumprimento .....	1033
9.8.10.	Alterações decorrentes da Emenda Constitucional n. 94, de 15.12.2016.....	1034
9.9.	Impugnação .....	1035
9.10.	A inexigibilidade das sentenças judiciais .....	1038
10.	Dos procedimentos especiais. Ação de consignação em pagamento. Ação de exigir contas. Ações possessórias. Ação de divisão e da demarcação de terras particulares. Ação discriminatória. Embargos de terceiro. Ações de direito de família de competência da Justiça Federal. Oposição. Habilitação. Ação Monitoria. Homologação do penhor legal. Restauração de autos. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária. Notificação e interpelação. Alienação judicial.....	1039
10.1.	Espécies.....	1039
10.2.	Ação de Consignação em Pagamento.....	1039
10.2.1.	Finalidade.....	1039
10.2.2.	Efeito interruptivo da prescrição .....	1040
10.2.3.	Consignação extrajudicial.....	1040
10.2.4.	Procedimento da Consignação Extrajudicial .....	1040
10.2.5.	Procedimento da ação consignatória .....	1040
10.2.6.	Sentença na ação consignatória.....	1042
10.2.7.	Consignatória: ação de natureza dúplice .....	1042
10.2.8.	Consignatória: dúvida quanto ao titular do crédito .....	1042
10.3.	Ação de Exigir Contas .....	1043

10.4. Ações Possessórias.....	1044
10.6. Ação de Divisão e Demarcação de Terras .....	1047
10.6.1. Ação Demarcatória .....	1047
10.6.2. Ação de Divisão.....	1048
10.7. Ação Discriminatória.....	1050
10.8. Embargos de Terceiro .....	1050
10.9. Ações de Direito de Família de competência da Justiça Federal .....	1051
10.9.1. Convenção de Haia sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Inter- nacional de Crianças .....	1051
10.9.2. Convenção de Nova York sobre Prestação de Alimentos no Es- trangeiro.....	1052
10.10. Oposição.....	1053
10.11. Habilitação.....	1054
10.11.1. Finalidade.....	1054
10.11.2. Espécies de habilitação .....	1054
10.12. Ação Monitória.....	1055
10.13. Homologação de penhor legal .....	1056
10.14. Restauração de autos.....	1057
10.15. Procedimentos de jurisdição voluntária .....	1058
10.15.1. Natureza Jurídica.....	1058
10.15.2. Disposições Gerais .....	1059
10.15.3. Ações Processadas de Acordo com as Regras do Procedimento de Jurisdição Voluntária.....	1059
10.15.4. Notificação, Interpelação e do Protesto .....	1060
10.15.5. Alienação Judicial.....	1060
11. Do processo de execução. Da execução em geral. Das diversas espécies de exe- cução. Da execução para entrega de coisa. Da execução das obrigações de fazer ou de não fazer. Da execução por quantia certa. Da execução contra a Fazenda Pública. Dos embargos à execução. Extinção do processo de execução .....	1060
11.1. Execução em geral .....	1060
11.1.1. Disposições gerais.....	1060
11.1.2. Instrumentos Postos à Disposição do Juiz para a Efetividade da Execução.....	1060
11.1.3. Ato Atentatório à Dignidade da Justiça .....	1061
11.1.4. Desistência da Execução.....	1061
11.1.5. Responsabilidade pelos Danos Causados ao Devedor .....	1062
11.2. Das Partes.....	1062
11.3. Competência.....	1062
11.4. Requisitos para realizar qualquer execução .....	1063
11.5. Responsabilidade Patrimonial .....	1063



11.6.	Fraude à execução .....	1065
11.7.	Das diversas espécies de execução.....	1066
11.7.1.	Direito de Preferência .....	1066
11.7.2.	Petição Inicial no Processo Executivo .....	1067
11.7.3.	Nulidade da execução .....	1068
11.8.	Da Execução para a Entrega de Coisa .....	1069
11.9.	Da Entrega de Coisa Incerta .....	1069
11.10.	Da Execução das Obrigações de Fazer ou de Não Fazer .....	1070
<b>11.9.</b>	<b>Da Execução por Quantia Certa .....</b>	<b>1070</b>
11.9.1.	Disposições Gerais .....	1070
11.9.2.	Despacho Inicial.....	1071
11.9.3.	Averbação acautelatória.....	1071
11.9.4.	Citação Inicial.....	1072
11.9.5.	Pré-penhora ou arresto no processo executivo .....	1072
11.9.6.	Penhora.....	1073
11.10.	Avaliação .....	1080
11.11.	Meios Expropriatórios.....	1082
16.11.1.	Adjudicação.....	1082
11.11.2.	Da Alienação de Bens .....	1083
16.12.	Satisfação do Crédito .....	1087
11.12.	Execução contra a Fazenda Pública .....	1088
11.13.	Embargos à Execução .....	1089
11.13.1.	Natureza Jurídica.....	1089
11.13.2.	Requisitos para a Admissibilidade dos Embargos.....	1089
11.13.3.	Efeito Suspensivo .....	1090
11.13.4.	Pronunciamento que decide os embargos .....	1090
11.14.	Suspensão e extinção do processo de execução.....	1091
11.14.1.	Suspensão do processo de execução .....	1091
11.14.2.	Extinção da execução .....	1091
12.	Do precedente. Da ordem dos processos no tribunal. Incidente de assunção de competência. Incidente de arguição de inconstitucionalidade. Conflito de competência. Homologação de decisão estrangeira e da concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória. Ação rescisória. Incidente de resolução de demandas repetitivas. Reclamação .....	1091
12.1.	Anotações Gerais sobre o Precedente .....	1091
12.1.1.	Dever de estabilidade, integridade e coerência da jurisprudência pelos Tribunais.....	1091
12.1.2.	Conceito de precedente .....	1092
12.1.3.	<i>Ratio Decidendi</i> : relevância prática de sua determinação .....	1093
12.1.4.	Confrontação do precedente.....	1093

12.2.	Da Ordem dos Processos no Tribunal .....	1095
12.2.1.	Imediata Distribuição .....	1095
12.2.2.	Prevenção do Relator.....	1096
12.2.3.	Incumbências do Relator.....	1096
12.2.4.	Intimação do Recorrente ou das Partes para Manifestação .....	1097
12.2.5.	Sustentação Oral .....	1097
12.2.6.	Do Julgamento do Recurso ou da Ação Originária.....	1097
12.2.7.	Quórum Ampliado para o Julgamento .....	1098
12.3.	Incidente de assunção de competência .....	1099
12.3.1.	Natureza Jurídica.....	1099
12.3.2.	Admissibilidade do Incidente .....	1099
12.4.	Incidente de arguição de inconstitucionalidade .....	1100
12.4.1.	Formas de reconhecimento da inconstitucionalidade.....	1100
12.4.2.	Reconhecimento da inconstitucionalidade pelo juiz de primeiro grau .....	1100
12.4.3.	Reconhecimento da inconstitucionalidade pelo tribunal.....	1101
12.4.4.	Legitimidade para a arguição .....	1101
12.4.5.	Cisão de competência .....	1101
12.4.5.	Vedação de submissão do incidente ao plenário ou ao órgão especial .....	1102
12.5.	Conflito de competência .....	1102
12.5.1.	As Espécies de Conflito de Competência .....	1102
12.5.2.	Competência para o Julgamento.....	1102
12.6.	Homologação de decisão estrangeira e da concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória .....	1103
12.7.	Ação Rescisória.....	1104
12.7.1.	Conceito .....	1104
12.7.2.	Competência para Julgamento.....	1105
12.7.3.	Ajuizamento da Ação Perante Tribunal Incompetente .....	1106
12.7.4.	Requisitos de admissibilidade da ação rescisória.....	1107
12.7.5.	Observância do prazo decadencial .....	1107
12.7.6.	Depósito do valor correspondente a 5% do valor da causa.....	1109
12.7.7.	Hipóteses indicadas no art. 966 CPC.....	1109
12.7.8.	Legitimidade para a propositura da ação rescisória.....	1110
12.7.9.	Polo Passivo .....	1111
12.7.10.	Não impedimento à execução .....	1111
12.7.11.	Indeferimento da petição inicial.....	1111
12.7.12.	Improcedência Liminar do Pedido.....	1111
12.7.13.	Resposta do réu .....	1111

12.7.14. Prescrição intercorrente.....	1111
12.8. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas.....	1112
12.9. Reclamação .....	1113
12.9.1. Natureza Jurídica e Finalidade.....	1113
12.9.2. Inadmissibilidade.....	1113
12.9.3. Reclamação para Observância de Precedente .....	1114
12.9.4. Transcendência dos Motivos Determinantes.....	1115
12.9.5. Reclamação no âmbito da Turma Nacional de Uniformização (TNU).....	1115
13. Recursos. Disposições gerais. Apelação. Agravo de instrumento. Agravo interno. Embargos de declaração. Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça (recurso ordinário, recurso extraordinário e recurso especial). Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário. Embargos de divergência.....	1116
13.1. Teoria Geral dos Recursos.....	1116
13.1.1. Requisitos de Admissibilidade .....	1116
13.1.2. Efeitos dos recursos.....	1122
13.2. Recursos em espécie .....	1124
13.2.1. Apelação.....	1124
13.2.2. Agravo de instrumento .....	1125
13.2.3. Agravo Interno .....	1126
13.2.4. Embargos de declaração .....	1127
13.2.5. Recursos para o STF e STJ.....	1129
14. Subsistema dos juizados especiais. Princípios informadores. Juizados Especiais Federais: competência, procedimento e recursos .....	1131
14.1. Princípios informadores.....	1131
14.2. Juizados Especiais Federais .....	1131
14.2.1. Competência.....	1131
14.2.2. Procedimento .....	1132
14.2.3. Recursos.....	1133
15. Ações coletivas. Legitimidade ativa. Competência. Coisa julgada. Execução e cumprimento de sentença. Regras procedimentais aplicáveis. Ações coletivas passivas.....	1137
15.1. Legitimidade ativa .....	1137
15.2. Competência.....	1139
15.3. Coisa julgada.....	1139
15.4. Execução e cumprimento de sentença .....	1139
15.4. Regras procedimentais aplicáveis .....	1140
15.5. Ações coletivas passivas .....	1140
16. O CPC e o direito intertemporal.....	1140

**DIREITO EMPRESARIAL***Daniel Messias da Trindade*

1. Direito comercial: origem. Evolução histórica. Autonomia. Fontes. Características. Empresário: caracterização. Inscrição. Capacidade. Teoria da empresa e seus perfis..... 1147
2. Teoria geral dos títulos de créditos. Títulos de créditos: letra de câmbio, cheque, nota promissória, duplicata. Aceite, aval, endosso, protesto, prescrição, ações cambiais..... 1152
3. Espécies de empresa. A responsabilidade dos sócios. A distribuição de lucros. O sócio oculto. Segredo comercial..... 1167
4. Teoria geral do direito societário: conceito de sociedade. Personalização da sociedade. Classificação das sociedades. Sociedades não personificadas. Sociedades personificadas: sociedade simples, sociedade em nome coletivo, sociedade em comandita simples, sociedade em comandita por ações, sociedade cooperada, sociedades coligadas. Liquidação. Transformação. Incorporação. Fusão. Cisão. Sociedades dependentes de autorização ..... 1170
5. Sociedade limitada. Sociedade anônima. Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI (Lei nº 12.441/2011) ..... 1179
6. Estabelecimento empresarial. Institutos complementares do Direito Empresarial: registro. Nome. Prepostos. Propriedade industrial ..... 1187
7. Contratos empresariais: compra e venda mercantil. Comissão. Representação comercial. Concessão comercial. Franquia (*franchising*), distribuição, alienação fiduciária em garantia, faturização (*factoring*), arrendamento mercantil (*leasing*), cartão de crédito ..... 1197
8. Contratos bancários: depósito bancário, conta-corrente, aplicação financeira, mútuo bancário, desconto, abertura de crédito, crédito documentário. .... 1205
9. Sistema financeiro nacional: constituição. Competência de suas entidades integrantes. Instituições financeiras públicas e privadas. Liquidação extrajudicial de instituições financeiras. Sistema financeiro da habitação..... 1209
10. Recuperação judicial, recuperação extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária ..... 1214
11. Propriedade industrial. Noções gerais. Regime jurídico. Invenção. Desenho industrial. Modelo de utilidade. Marca ..... 1230
12. A relação de consumo no direito do espaço virtual. Comércio eletrônico ..... 1240

**DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO***Alan Martins e Dimas Yamada Scardoelli*

1. Atividade Financeira do Estado, Finanças públicas na Constituição de 1988..... 1246
2. Orçamento, Conceito e espécies. Natureza jurídica, princípios orçamentários. Normas gerais de direito financeiro, Fiscalização e controle interno e externo dos orçamentos ..... 1246

3. Despesa pública, Conceito e classificação, Disciplina constitucional dos precatórios .....	1253
4. Receita pública, Conceito, Ingressos e receitas. Classificação: receitas originárias e receitas derivadas.....	1256
5. Dívida ativa da União de natureza tributária e não tributária. Crédito público. Conceito. Dívida pública: conceito .....	1257
6. O Sistema Tributário Nacional. Limitações constitucionais ao poder de tributar. A repartição de competências na federação brasileira. Delegação de arrecadação. Discriminação constitucional das rendas tributárias. Legislação sobre o Sistema Tributário Brasileiro. Definição de tributo. Espécies de tributos. Normas Gerais de Direito Tributário .....	1261
7. Competência tributária plena. Indelegabilidade da competência. Não-exercício da competência. Competência residual e extraordinária. Limitações da competência. Princípios da legalidade e da tipicidade. Princípio da anualidade. Proibição de tributos interlocais. Princípio da Igualdade. Princípio do Não-Confisco. Princípio da Irretroatividade. Imunidade. Espécies de Imunidade. Isenção. Uniformidade tributária. Imunidade recíproca. Extensão da imunidade às autarquias e fundações públicas. Tributação das concessionárias. Sociedades de economia mistas e fundações.....	1270
8. Fontes do Direito tributário. Conceito de fonte. Fontes formais do Direito Tributário. Legislação Tributária. Conceito. Lei, Tratados e Convenções internacionais. Normas complementares. Leis complementares. Vigência da Legislação Tributária. Aplicação da Legislação Tributária. Interpretação e integração da Legislação Tributária. Tratados internacionais e a legislação interna. A perda da eficácia dos tratados. Os tratados sobre matéria tributária e o art. 98 da CTN. Vigência do tratado. ....	1282
9. Elementos do tributo: fato gerador, base de cálculo, alíquota e sujeitos.....	1287
10. Taxas e preços públicos. Taxas contratuais e facultativas. Contribuições para a Seguridade Social. Contribuição sobre o lucro. O regime do PIS e COFINS. A CIDE e o seu regime. Empréstimo compulsório na Constituição Federal de 1988.....	1287
11. Impostos federais: impostos sobre o comércio exterior (II e IE). Imposto sobre produtos industrializados (IPI). Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários (IOF). Imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR). Simples Nacional. Imposto de renda (IR). Regimes jurídicos. Imposto de renda pessoa jurídica. Imposto de renda pessoas físicas.....	1292
12. Obrigação principal e acessória: Fato gerador. Sujeito ativo e sujeito passivo. Capacidade tributária. Domicílio tributário. Responsabilidade tributária. Solidariedade. Responsabilidade dos Sucessores. Responsabilidade por infrações. Elisão e evasão tributária. Ilícitos tributários .....	1305
13. Constituição do crédito tributário. Lançamento. Modalidades. Suspensão do crédito tributário .....	1317
14. Extinção do crédito tributário. Pagamento. Compensação. Restituição. Transação. Remissão. Prescrição e decadência. Conversão do depósito em renda.	

Consignação em pagamento. Decisão administrativa irreformável e decisão judicial passada em julgado. Dação em pagamento. Restituição do tributo transferido. Restituição de juros e multas. Correção monetária. Exclusão do crédito tributário. Garantias e privilégios do Crédito tributário.....	1320
15. Processo administrativo tributário. Processo judicial tributário. Execução fiscal. Cautelar fiscal. Mandado de segurança. Ação de repetição de indébito. Anulatória de débito fiscal. Ação declaratória. Ação de consignação em pagamento .....	1331
16. Administração Tributária. Procedimento Fiscal. Sigilo Fiscal e Prestação de Informações. Dívida ativa. Certidões e Cadastro.....	1345

### BLOCO III

#### DIREITO ADMINISTRATIVO

*Leandro Bortoleto*

1. Administração Pública como função do Estado. Princípios regentes do Direito Administrativo constitucionais e legais, explícitos e implícitos. A reforma do Estado brasileiro. Os quatro setores e suas características. A publicização do terceiro setor (as organizações sociais e as OSCIPS).....	1356
2. Administração Indireta: Autarquias, Fundações Públicas, Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas. Principais características de cada uma e regime jurídico. O regime das subsidiárias. Direito Administrativo Econômico. As formas de intervenção do Estado. Os princípios constitucionais da ordem econômica e a criação de sociedades de economia mista e empresas públicas .....	1363
3. Direito Administrativo Regulador. Agências: Reguladoras e Executivas. O regime jurídico das Agências Reguladoras: natureza jurídica, características, pessoal e poder normativo. A concessão de serviços. Conceito, características. Direitos do concedente e do concessionário. Equilíbrio do contrato. Formas de extinção. As permissões e autorizações. As parcerias da Administração Pública. Parcerias público-privadas.....	1370
4. Formas de intervenção do Estado na propriedade. Limitações administrativas, tombamento, requisição, servidão e desapropriação. Fundamentos e requisitos constitucionais para as desapropriações. Espécies de desapropriações. Proteção ao patrimônio histórico, artístico e cultural. Desapropriações por utilidade ou necessidade pública ou por interesse social, desapropriações por interesse social para fins de reforma agrária. O art. 243 da CF/1988. Retrocessão. Desapropriação indireta. Procedimento expropriatório .....	1376
5. Responsabilidade civil do Estado e dos prestadores de serviços públicos. Conceito e teorias. A responsabilidade por ação e por omissão. Evolução histórica no Direito brasileiro. Elementos. A reparação do dano. Ação regressiva e litisconsórcio.....	1381
6. Servidores públicos. Regime constitucional. Regimes jurídicos: o servidor estatutário e o empregado público. Cargos e Funções. Direitos e deveres dos	

servidores estatutários. Regime previdenciário do servidor estatutário. Normas e princípios constitucionais. As regras de transição. O novo regime previdenciário. O sistema de previdência complementar. Regime e processo disciplinar. Responsabilidade administrativa, civil e penal do servidor .....	1384
7. Ato administrativo. Conceito. Regime jurídico. Espécies. Elementos e requisitos. Vícios dos atos administrativos. Principais classificações dos atos administrativos. Discricionariedade administrativa e controle judicial. Extinção e conservação dos atos administrativos. Procedimento administrativo. Fundamentos constitucionais. Controle dos atos da Administração. Controle administrativo e jurisdicional. Limites do controle jurisdicional. O controle da Administração Pública pelos Tribunais de Contas. Formas, características e limites. Mandado de Segurança. Ação Popular. Ação Civil Pública. Improbidade administrativa; aspectos processuais e materiais. Responsabilidade administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública. (Lei nº 12.846/2013)....	1411
8. Licitações. Fundamento constitucional. Conceito e modalidades. O regime de licitações e alterações. Dispensa e inexigibilidade. Revogação e anulação, hipóteses e efeitos. Pregão e consulta. O Registro de preços. Contratos administrativos. Conceito e características. Invalidação. Principais espécies de contratos administrativos. Inexecução e rescisão dos contratos administrativos. Regime diferenciado de contratação pública.....	1442
9. Poder Regulamentar. Regulamentos administrativos de execução e autônomos. O poder normativo não legislativo e o princípio da legalidade. Regulamentação e regulação. Análise do art. 84 da CF/1988 quanto aos limites do poder regulamentar. Poder de Polícia. Poder de polícia. Conceito. Características. Origem e função. Limites, extensão e controle. Poder de polícia e regulação. Distinções .....	1455
10. Domínio público. Conceito. Bens públicos. Conceito e características, regime e espécies. Utilização de bens públicos. Regime jurídico dos recursos minerais. Terras devolutas. Terrenos de marinha e seus acréscidos. Os indígenas e as suas terras.....	1458
11. Sistema Financeiro de Habitação e outras formas de financiamento do direito à moradia.....	1463
12. A saúde na ordem constitucional brasileira. A saúde no contexto da seguridade social. A Saúde e a Teoria dos Direitos Sociais. Princípios constitucionais do direito à saúde. O Sistema Único de Saúde: organização, atribuições e marco normativo. A repartição constitucional de competências no direito à saúde. A judicialização das políticas públicas de saúde. A problemática da prova nas ações judiciais que envolvem o direito à saúde.....	1468

## **DIREITO AMBIENTAL**

*Tatiana Scaranello Carreira*

1. Direito ambiental. Conceito. Objeto. Princípios fundamentais.....	1477
2. Responsabilidade ambiental. Conceito de dano. A reparação do dano ambiental. Dano moral coletivo.....	1487



3. Efetivação da proteção normativa do meio ambiente: poder judiciário, ministério público e administração pública.....	1495
4. Normas constitucionais relativas à proteção do meio ambiente.....	1502
5. Repartição de competências em matéria ambiental.....	1503
6. Poder de polícia e direito ambiental. Licenciamento ambiental. Biossegurança....	1507
7. Sistema nacional do meio ambiente. Política nacional do meio ambiente.....	1522
8. Estudo de impacto ambiental. Conceito. Competências. Natureza jurídica. Requisitos.....	1529
9. Biodiversidade. Principais instrumentos de proteção internacional. Acesso. Política nacional. Proteção jurídica do conhecimento tradicional associado .....	1529
10. Proteção às florestas .....	1531
11. Áreas de preservação permanente e unidades de conservação .....	1531
12. Modificação dos genes pelo homem e meio ambiente .....	1538
13. Proteção química das culturas e meio ambiente .....	1538
14. Produtos tóxicos. Controle. Transporte.....	1538
15. Mineração.....	1540
16. Recursos hídricos .....	1543
17. Política energética e meio ambiente .....	1551
18. Zoneamento. Sistema nacional de unidade de conservação da natureza .....	1551
19. O direito ambiental como direito econômico .....	1552
Referências.....	1552

## **DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO**

*Paulo Henrique Gonçalves Portela*

1. Direito Internacional Público. Conceito. Fontes. Princípios .....	1555
2. Atos Internacionais. Tratado. Conceito. Validade. Efeitos. Ratificação. Promulgação. Registro e publicidade. Vigência contemporânea e diferida. Incorporação ao Direito Interno. Violação. Conflito entre tratado e norma de Direito Interno. Extinção. Atos internacionais. Convenção. Acordos. Ajuste. Protocolo.....	1558
3. Personalidade internacional. Estado. Imunidade à jurisdição estatal. Consulados e embaixadas. Personalidade internacional. Organizações internacionais. Conceito. Natureza jurídica. Elementos caracterizadores. Espécies. Personalidade internacional. População. Nacionalidade. Princípios. Normas. Tratados multilaterais. Estatuto da igualdade .....	1568
4. Personalidade internacional. Estrangeiros. Vistos. Deportação. Expulsão. Extradicação. Conceito. Fundamento jurídico. Reciprocidade e Controle jurisdicional. Asilo político. Conceito. Natureza e disciplina. Personalidade internacional. Pessoa jurídica. Conceito de nacionalidade. Teorias e legislação. Empresas binacionais. Direito Comunitário. Formas de integração. Mercado Comum do Sul. Características. Elementos institucionais. Protocolo de Assunção. Protocolo de Ouro Preto. Protocolo de Olivos. Protocolo de Las Leñas. Autoridades centrais.....	1583

5. Proteção Internacional dos Direitos Humanos. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Direitos civis, políticos, econômicos e culturais. Pactos e tratados de direitos humanos ratificados pelo Brasil. Força jurídica. Mecanismos de implementação. Controle de convencionalidade. Conflitos internacionais. Meios de solução. Diplomáticos, políticos e jurisdicionais. Cortes internacionais. Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Tribunal Penal Internacional. Evolução histórica. Competência. Procedimento. Natureza das decisões. Delitos internacionais ..... 1606
6. Domínio público internacional. Mar. Águas interiores. Mar territorial. Zona contígua. Zona econômica. Plataforma continental. Alto-mar. Rios internacionais. Domínio público internacional. Espaço aéreo. Princípios elementares. Normas convencionais. Nacionalidade das aeronaves. Espaço extraatmosférico ..... 1632
7. Direito Internacional Privado brasileiro. Fontes. Conflito de leis no espaço. Normas indiretas. Qualificação prévia. Elemento de conexão. Reenvio. Prova. Direito estrangeiro. Interpretação. Aplicação. Exceções à aplicação ..... 1636
8. Responsabilidade internacional. Ato ilícito. Imputabilidade. Dano. Formas e extensão da Reparação..... 1640
9. Processo internacional. Competência jurisdicional nas relações jurídicas com elemento estrangeiro. Cooperação Internacional. Cartas rogatórias. Homologação de sentenças estrangeiras. Métodos de solução alternativa de controvérsias. Arbitragem ..... 1640
10. Prestação de alimentos. Convenção de Nova Iorque sobre cobrança de alimentos no estrangeiro. Decreto Legislativo nº 10/1958 e Decreto nº 56.826/1965. Noções gerais. Competência da Justiça Federal. Hipóteses. Procedimento. Subtração Internacional de Crianças. Convenção de Haia de 1980 sobre os aspectos civis do sequestro internacional de crianças e Decreto nº 3.413/2000 ..... 1643